

“Ditadura e Violações dos Direitos humanos no Chile: Uma Proposta de abordagem do tema a partir da imprensa brasileira.”



Rafael Alves Nunes Neto

Apresentação

As páginas que seguem apresentam propostas de abordagem da História da Ditadura Militar chilena (1973-1990) nas aulas de História do 9º ano do Ensino Fundamental. Partimos do pressuposto de que abordar adequadamente o tema representa uma possibilidade de problematizar aspectos transnacionais das ditaduras militares latino-americanas nas aulas de história no Brasil e uma oportunidade de abordar a questão da violação dos direitos humanos como um mecanismo central das diferentes experiências.

Este material é resultado da dissertação intitulada “**Autoritarismo e Violações dos Direitos humanos no Chile: Uma proposta de Ensino de História e utilização da imprensa como recurso didático**”. Nela abordamos duas facetas desse processo: por um lado, demonstramos a relação entre o golpe militar no Chile e as violações dos direitos humanos que se disseminaram nos longos 17 anos de regime. Por outro, caracterizamos a maneira como a imprensa brasileira tratou o tema e procurou formar uma opinião pública a respeito.

Dentre as várias contribuições, destaco a importância de historicizar o conceito de Direitos Humanos, haja vista sua pertinência para refutar posicionamentos políticos e intelectuais que olham para o passado recente da América Latina e relativizam ou, até mesmo, negam as práticas sistemáticas de violação dos direitos humanos autorizadas estrategicamente pelas Ditaduras Militares.

Entendemos que o conteúdo presente no produto dialoga com questões que embalaram o debate político nos últimos, dentre as quais destacaram-se, dicotomicamente, o saudosismo e a repulsa às Ditaduras Militares e seus legados. Assistimos imagens que retratam as práticas violentas de policiais militares contra jovens residentes em regiões periféricas, como os alunos e alunas das instituições em que trabalhamos.

A apresentação da relação entre autoritarismo político e violação dos direitos humanos durante a Ditadura Militar será aqui considerada a ponte para construir a reflexão de alunos e alunas a respeito do conceito de Direitos Humanos e a relevância dessa conquista para a contemporaneidade.

Por último, apresentaremos algumas formas como as ações de violação dos direitos humanos impetradas pela Ditadura Militar chileno repercutiram na imprensa brasileiro em âmbito local e nacional. Nosso intuito é demonstrar possibilidades de abordagem do tema a partir da

Imprensa empresarial e de grande circulação, no sentido de dimensionar o papel desse recurso comunicacional no sentido de legitimar imaginários e representações sobre o tema da pesquisa no Brasil.

Nunes Neto, Rafael Alves.

Ditadura e Violações dos Direitos humanos no Chile : uma Proposta de abordagem do tema a partir da imprensa brasileira / Rafael Alves Nunes Neto. – São Luís, 2023.

-- f.; 27.

Produto Educacional da Dissertação “Autoritarismo e violações dos direitos humanos no Chile : uma proposta de ensino de história da ditadura militar chilena (1973-1990) utilizando a imprensa como recurso didático”.

Orientação da Profa. Dra. Carine Dalmás.

1. Ensino de História. 2. Violação dos Direitos Humanos. 3. Ditadura Militar Chilena.
4. Imprensa. I.Título.

CDU 321.64(83)(086)

Sumário

O que são ditaduras?	6
A Ditadura de Augusto Pinochet (1973-1990) no Chile e suas violações aos Direitos Humanos	8
O que são Direitos Humanos?	12
O uso da imprensa nas aulas de história sobre a Ditadura Chilena	18
Considerações finais	23
APÊNDICE	24
Referências	26

O que são ditaduras?

Você já deve ter lido em livros e/ou jornais, assistido programas televisivos, documentários e filmes sobre sociedades que viveram a experiência de golpes e ditaduras militares. No século passado, o Brasil viveu essa experiência em duas ocasiões, com o Estado Novo (1937-1945) e a Ditadura Civil-Militar (1964-1985). Esta acompanhou um conjunto de golpes militares que afetaram distintos países e que aproximaram Brasil, Chile, Argentina, Bolívia, Paraguai e Uruguai em uma operação de caça aos seus opositores em todo o mundo.

Do ponto de vista histórico, os regimes militares no Cone Sul se enquadram num contexto marcado pela Guerra

Fria e pela pressão da política externa estadunidense de erradicação da ameaça comunista/anticapitalista na América Latina. Entretanto, é fundamental ressaltar que os golpes militares não foram orquestrados com base, exclusivamente, nas pressões estadunidenses. O êxito das rupturas democráticas dependeram também de articulações internas que envolveram setores da sociedade civil de cada país, particularmente, elites econômicas, setores da igreja católica, entre outros (QUADRAT, 2011, p.244).



Manifestação contra a ditadura militar - Wikimedia Commons

Mas o que caracteriza um governo ditatorial?

Regimes ditatoriais têm por características:

- Censura
- Limitação da atuação política dos cidadãos
- Perseguição a opositores
- Suspensão de direitos e liberdade individuais
- Violação aos Direitos Humanos

A ideia de ditadura originou-se na Antiguidade e teve seu significado transformado na história recente. Por essa razão, precisa ser caracterizada e conceituada. A Ditadura é o governo de uma pessoa ou de poucas pessoas que se arrogaram o poder e o monopolizam, exercendo-o sem restrições, de forma geral, os estudiosos a classificam de duas formas: autoritárias ou totalitárias. A ditadura autoritária caracteriza-se pelo repúdio à democracia formal e impõe-se por meio de um sistema político unipartidário apoiado num discurso ideológico difundidos massivamente pelos meios de comunicação para ser absorvido pela sociedade civil. No governo totalitário, além de todos os marcos do autoritarismo mencionado, a figura do ditador confunde-se com o Estado, personificando-o. A ditadura totalitária apresenta características *cesaristas*, devido à forte presença de um líder que forja discursos, práticas e representações que expressam sua conexão com as “massas populares” com o intuito de ampliar o controle dos indivíduos.



Fotografia de protesto ocorrido em 1985 contra a Ditadura de Pinochet – Wikimedia Commons



Arquivo/Memorial dos Direitos Humanos

Ambas recorrem a mecanismo de controle social mais amplo para garantir a manutenção do poder que afetam uma ampla diversidade de instituições, tais como: forças policiais, judiciário, imprensa, educação, religiões, sindicatos, entre outras. Nos regimes autoritários os direitos individuais ficam à mercê deste sistema de segurança nacional e o sistema político pode até ser formado por mais de um partido, porém a maioria não tem poder de decisão e nem interferência nas decisões tomadas pelo pequeno grupo que governa sob o comando do ditador.

A Ditadura de Augusto Pinochet (1973-1990) no Chile e suas violações aos Direitos Humanos

O regime militar no Chile iniciou no dia 11 de setembro de 1973, após um golpe de Estado que derrubou o governo socialista de Salvador Allende e colocou no poder uma Junta Militar formada por quatro oficiais das Forças Armadas (FA): o general Augusto Pinochet, o almirante José Toribio Merino, o diretor do corpo de *Carabineros*¹, Cesar Mendoza, e o comandante da Força Aérea (FACH) Gustavo Leigh. Figuras até então pouco conhecidas no conjunto da sociedade chilena.

No mesmo dia do golpe, a Junta Militar se pronunciou à população para anunciar a quebra da institucionalidade, justificando a atitude numa suposta existência de grupos armados de orientação marxistas e da grave crise econômica. O presidente socialista eleito nas eleições de



Salvador Allende Gossens foi um médico e político chileno, eleito presidente do Chile nas eleições de 1970, tendo governado até o ano de 1973, após sofrer um golpe militar no dia 11 de setembro do ano de 1973.



A Junta Militar era formada pelo Gal. Augusto Pinochet (centro da imagem), à esquerda José Toribio Merino, diretor do corpo de Carabineros, à direita Cesar Mendoza, Almirante da Marinha e no canto direito Gustavo Leigh, comandante da Força Aérea.

¹ O corpo de *Carabineros*, podemos colocar como uma força policial semelhante às Polícias Militares existentes no Brasil, no entanto a partir da chegada da Junta Militar ao poder, os *Carabineros* receberam *status* militar e consequentemente compoem a Junta Militar de Governo.

1970, Salvador Allende, foi destituído do governo com o bombardeio do Palácio *La Moneda* (sede do governo) e sua invasão pelos militares golpistas. Sob as bombas, Allende pronunciou seu último discurso e cometeu suicídio.

Os militares golpistas não economizaram truculência para consolidar o seu êxito. Desde os primeiros dias após o golpe iniciou-se uma intensa perseguição aos defensores do governo deposto. Muitas pessoas foram presas no Estádio Nacional (um estádio de futebol) com o pretexto de que seriam interrogadas. Cerca de mil detidos neste estádio foram executados, direitos civis foram suspensos e à população em geral foi imposto o toque de recolher. O principal objetivo, declarado dos golpistas era erradicar o comunismo tanto de dentro quanto de fora do país.

O Regime que se seguiu e que durou 17 anos ficou conhecido como “Ditadura Pinochet”, porque o Gal. Augusto Pinochet assumiu a liderança do processo. A Ditadura de Augusto Pinochet ficou marcada por sistemáticos abusos contra a dignidade humana. Órgãos foram criados com a finalidade silenciar pessoas **subversivas** e inimigas do regime e desdobraram-se nas ações clandestinas da Caravana da Morte e na institucionalização dos métodos de tortura estruturadas por meio da Dirección de Inteligencia Nacional (DINA) e, posteriormente, na Central Nacional de Inteligencia (CNI).

A *Caravana da Morte* consistiu numa missão militar, formada pelo alto escalão das Forças Armadas chilenas (FACH), que surgiu logo após o golpe de 11 de setembro de 1973. Por meio dela foram perseguidos partidários de Salvador Allende e foram estabelecidos os tribunais militares, percorrendo o território chileno capturando opositores, realizando torturas e execuções em massa. A *Caravana da Morte* foi uma operação macabra e mortífera, com a qual os oficiais

Subversão: Revolta contra a autoridade, derrubada de leis ou estruturas estabelecidas.



Foto: Estádio Memória / Reprodução

deslocaram-se por diferentes locais do interior do país, a fim de executar uma possível resistência à Junta Militar (AGUIAR, 2011).

Os primeiros detidos foram levados ao Estádio Nacional, pois não havia cárceres suficientes, de modo que o estádio de futebol tornou-se a antessala da tortura e dos assassinatos realizados pelo Regime. A *Caravana da Morte* constituiu a primeira manifestação sistemática do **Terror de Estado** chileno.

Em poucos dias, foram realizadas sucessivas execuções de opositores nas principais cidades do país. Segundo dados retirados do trabalho do historiador Rafael Aguiar, entre os primeiros atos da Junta Militar foi a execução da operação denominada de **Caravana da Morte**, essa operação tinha como objetivo percorrer cidades chilenas em busca de simpatizantes do governo deposto no 11 de setembro de 1973, essa operação atuou em várias cidades chilenas como podemos observar nos dados apresentados pelo trabalho de Aguiar: em Cauquenes quatro jovens, entre 22 e 25 anos, foram presos e assassinados com tiros na cabeça.

Em La Serena e Copiapó foram 15 execuções, em Antofagasta 14 assassinatos, e em Calama 26. Contra essas pessoas não foram apresentadas provas ou acusações consistentes que pudessem “justificar” qualquer tipo de apreensão ou punição jurídica (AGUIAR, 2011, p.24).

Associado às caravanas da morte, após o golpe, os militares utilizaram os “tribunais de tempos de guerra” para julgar presos políticos e adotaram a pena de morte, algo que outros regimes militares não fizeram. Os militares chilenos agiram deliberadamente à margem da lei, não respeitando nem as normas estabelecidas pelo

Terror de Estado: consiste num regime de violência instaurado e mantido por um governo, em que o grupo político que detém o poder se utiliza do terror como instrumento de governabilidade.



Foto: Estádio Memória / Reprodução

exército para a situação de guerra. Posteriormente todos os integrantes da Caravana integraram a DINA.

A Dina era a polícia “política” de Pinochet, portanto um órgão sob o comando do ditadora Augusto Pinochet, e entre os anos de 1974 e 1977, essa agência foi responsável pela repressão desencadeada pelo regime contra movimentos e partidos de esquerda.

A repressão a oposição foi institucionalizada durante a ditadura chilena, dessa forma a DINA possuía centros de torturas, sendo o mais conhecido a Vila Grimaldi.

A Vila Grimaldi antes do golpe (1973), era um espaço de reunião de artistas, a partir de 1974 o ambiente foi apropriado pela ditadura e transformado em um centro de prisão e torturas pela DINA, tendo seu nome substituído por *Cuartel Terranova*, a partir de então, o que antes era um ambiente de discussões políticas e encontro de artistas passou a ser um centro de torturas de presos políticos.

De acordo com a historiografia, na Vila Grimaldi funcionou a *Brigada de Inteligencia Metropolitana* – BIM. Esse órgão era responsável pela repressão política dentro da capital chilena. De acordo com dados obtidos, entre 1973 e 1978, cerca de 4500 pessoas permaneceram detidas na Vila Grimaldi, sendo 236 permanecem desaparecidas ou assassinadas por agentes da repressão chilena.

Além da repressão interna, a ditadura de Pinochet, em conjunto com outros regimes autoritários, organizaram ações de troca de informações contra exilados políticos pelo continente, sendo a **Operação Condor** a mais conhecida.

A Operação Condor foi o auge das inter-relações entre os serviços de inteligência/segurança latino-americanos, pois se baseava numa formação

A **Operação Condor** foi orquestrada pelo ditador chileno Augusto Pinochet, teve início em 1975 e se estendeu até 1981. Consistiu na associação entre as ditaduras militares do Cone Sul para localizar e reprimir ações de indivíduos e organizações considerados ameaças para os regimes. Brasil, Chile, Argentina Bolívia, Uruguai e Paraguai articularam suas estratégias repressivas e as práticas de Terror de Estado, com o apoio dos Estados Unidos. Houve trocas de informações entre os militares, monitoramento de exilados políticos e assassinatos. O atentado contra o ex-chanceler chileno Orlando Letelier, ocorrido em Washington no dia 21 de julho de 1976 é considerado um caso emblemático das ações da Operação.

multinacional dedicada a perseguir e assassinar dissidentes que fugiam da repressão dos países limítrofes. A primeira reunião realizou-se entre os dias 25 de novembro de 1974 e 01 de dezembro de 1975 contando com a presença de representantes de todos os países envolvidos e teria sido planejada pelo coronel chileno Manuel Contreras, encarregado da condução da operação pelo Gal. Augusto Pinochet (ANTUNES, 2007, p.406).

No conjunto, as experiências ditatoriais alinhadas na Operação Condor praticaram as mais diversificadas e violentas violações aos direitos humanos (prisões arbitrárias, torturas, assassinatos, sequestros, etc.).

O que são Direitos Humanos?

A compreensão do conceito de Direitos Humanos é importante para o entendimento dos crimes cometidos pela ditadura de Pinochet. Para o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), os Direitos Humanos são normas que protegem a dignidade de todos os seres humanos. Segundo a instituição, as leis dos Direitos Humanos obriga os Estados a fazer determinadas coisas, quanto impedi-los de outras. Os Direitos Humanos são **universais** e **inalienáveis**, ou seja, todas as pessoas no mundo têm direitos, ninguém pode desistir nem pode ser retirado. São indivisíveis, são inerentes à dignidade humana, não há um direito “menor” nem uma hierarquia entre eles.

Os direitos são **interdependentes** e **inter-relacionados**, a realização de um direito depende da relação de outro direito como, por exemplo, ter direito à saúde poderá depender do direito à educação.

Igualdade e não **discriminação** também faz parte dos Direitos Humanos, portanto, todos são iguais, e a dignidade é inerente aos seres humanos. Todos têm os seus direitos

Você sabe o que é a UNICEF e qual a sua finalidade?

Sobre o UNICEF

Criado pela Organização das Nações Unidas em 1946, o UNICEF promove os direitos e o bem-estar de crianças e adolescentes em mais de 190 países e territórios. Está presente no Brasil desde 1950.

O Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) recebeu da Assembleia Geral da ONU o mandato de defender e proteger os direitos de crianças e adolescentes, ajudar a atender suas necessidades básicas e criar oportunidades para que alcancem seu pleno potencial. O UNICEF é guiado pela Convenção sobre os Direitos da Criança e é o principal defensor global de meninas e meninos.

O UNICEF foi criado no dia 11 de dezembro de 1946, por decisão unânime da Assembleia Geral da ONU, para fornecer assistência emergencial a milhões de crianças no período pós-guerra na Europa, no Oriente Médio e na China (Resolução 57 da Assembleia Geral da ONU). Em 6 de outubro de 1953, tornou-se órgão permanente do sistema das Nações Unidas e teve seu mandato ampliado para chegar a crianças e adolescentes em todo o mundo (Resolução 802 da Assembleia Geral da ONU). Em 1965, o UNICEF recebeu o Prêmio Nobel da Paz.

resguardados, sem discriminação de qualquer tipo seja de raça, cor, sexo, etnia, idioma, religião, opinião política.

Todos os seres humanos têm seus **direitos à participação ativa**, seja na **sociedade civil**, na **política**, **econômico**, **social** e **cultural**, segundo o UNICEF, isso significa a “**Participação e inclusão**”.



Os Direitos Humanos exigem que os Estados e outros detentores têm que cumprir as normas, sendo passível de responsabilização àqueles que não fizerem, através de um tribunal competente.

Eleanor Roosevelt mostra a versão impressa da Declaração Universal dos Direitos Humanos

Segundo a historiadora norte-americana Lynn Hunt, são três as qualidades centrais dos Direitos Humanos: são **naturais**, **inerentes** aos seres humanos; devem ser **iguais** (para todos) e **universais**, ou seja, devem alcançar todas as partes do mundo. Segundo a autora, esses direitos só são suficientes quando ganham caráter político, pois não são os direitos num estado de natureza, mas sim num estado de sociedade e portanto, são “direitos garantidos no mundo político secular (mesmo que sejam chamados “sagrados”), e são direitos que requerem uma participação ativa daqueles que os detém” (HUNT, 2007, p.19).

Todos são iguais perante à lei, a necessidade da eliminação dos privilégios a partir do nascimento. De acordo com Linn Hunt, os direitos humanos são resultado da empatia. Para a autora “as leis devem ser convenções entre os homens num estado de liberdade” (HUNT, 2007, p. 97).

Celso Pacheco e Renata Marques apontam algumas definições para Direitos Humanos formuladas por especialistas e lembram que em 10 de dezembro de 1948, a Assembleia Geral das Nações Unidas, reconhecendo a dignidade de todos os seres humanos, decidiu que todos os seres humanos têm direitos e liberdades sem distinção de raça, cor, língua, religião, orientação sexual, opinião política, origem nacional, social, riqueza ou qualquer outra condição.

O livro de Lynn Hunt “A invenção dos Direitos humanos: uma história”, é fundamental para entender a evolução do conceito de Direitos Humanos, desde a Declaração de Independência dos Estados Unidos (1776), a Declaração dos Direitos do Homem e Cidadão, produzida no contexto da Revolução Francesa (1789) até a Declaração Universal dos Direitos Humanos das Nações Unidas (1948), no pós-Segunda Guerra mundial.

Livro está disponível em formato digital (*e-book*), além de formato impresso

<https://www.amazon.com.br/inven%C3%A7%C3%A3o-dos-direitos-humanos-hist%C3%B3ria-ebook/dp/B009WW8IHY>

Referência da obra: HUNT, Linn. A invenção dos direitos humanos uma história. Tradução: Rosaura Eichenber, São Paulo: SCHWARCZ, 2009.



Atualmente, existem vários órgãos encarregados na defesa dos direitos humanos, na divulgação sobre o tema e nas denúncias de violações. A seguir alguns órgãos e seus respectivos *links* de acesso ao seu conteúdo.

Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH)

O Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH) é um órgão colegiado de composição paritária que tem por finalidade a promoção e a defesa dos direitos humanos no Brasil através de ações preventivas, protetivas, reparadoras e sancionadoras das condutas e situações de ameaça ou violação desses direitos, previstos na Constituição Federal e em tratados e atos internacionais ratificados pelo Brasil. Instituído inicialmente pela Lei nº 4.319, de 16 de março de 1964, que criou o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH), o colegiado foi transformado em Conselho Nacional dos Direitos Humanos pela Lei nº 12.986, de 2 de junho de 2014. O CNDH desempenha sua missão institucional tendo como orientação os Princípios Relativos ao Status das Instituições Nacionais de Direitos Humanos (Princípio de Paris), definidas pela ONU em 1992, marcados pelo pluralismo e pela autonomia.

Para

acessar:

<https://www.gov.br/participamaisbrasil/cndh#:~:text=O%20Conselho%20Nacional%20dos%20Direitos,viola%C3%A7%C3%A3o%20desses%20direitos%2C%20previstos%20na>

Anistia Internacional

A Anistia Internacional é um movimento global com mais de 10 milhões de pessoas, que realiza ações e campanhas para que os direitos humanos internacionalmente reconhecidos sejam respeitados e protegidos. Estamos presentes em mais de 150 países. Todos os dias, alguém, em algum lugar do mundo, recebe apoio da Anistia Internacional.

Para acessar: <https://anistia.org.br/>

Human Rights Watch

A Human Rights Watch é uma organização internacional de direitos humanos, não-governamental, sem fins lucrativos, contando com aproximadamente 400 membros que trabalham em diversas localidades ao redor do mundo. Nossa equipe é composta por profissionais de direitos humanos como advogados, jornalistas e especialistas e acadêmicos de diversas origens e nacionalidades. Fundada em 1978, a Human Rights Watch é reconhecida por investigações aprofundadas sobre violações de direitos humanos, elaboração de relatórios imparciais sobre essas investigações e o uso efetivo dos meios de comunicação para informar e sensibilizar diversos públicos sobre suas causas. Contando com o apoio de organizações locais de direitos humanos, publicamos mais de 100 relatórios e artigos sobre direitos humanos em todo o mundo todo os anos. A partir de casos concretos de violações, a HRW se reúne com governos e organizações internacionais para propor políticas públicas e reformas legais necessárias para proteger direitos e garantir a reparação para vítimas de violações passadas.

Para acessar: <https://www.hrw.org/pt/about/about-us>

Vicaria de La Solidariedad

A Fundação de Documentação e Arquivo do Vicariato da Solidariedade foi criada pelo Decreto Arcebispado nº 262, de 18 de agosto de 1992, e iniciou suas funções em 1º de janeiro de 1993.

Criado com o propósito de ser o guardião dos arquivos de informação e documentação do Vicariato da Solidariedade e do seu antecessor, o Comitê de Cooperação para a Paz no Chile, salvaguarda e preserva um importante fundo documental que contém informações referentes às vítimas de violações dos direitos humanos. Direitos Humanos no período entre Setembro de 1973 e Março de 1990, e as acções desenvolvidas na defesa e promoção dos Direitos Humanos.

Link de acesso: <https://www.vicariadelasolidaridad.cl/historia>

Instituto Nacional de Derechos Humanos - INDH

Criado no ano de 2010 pela lei nº 20.405, tem por objetivo promover a proteção de direitos humanos das pessoas residentes no território chileno, entre suas funções está guardar o armazenamento dos documentos e registros recolhidos pela Comissão Política de Prisão e Tortura (Valech I) e pela Comissão Consultiva para Classificação de Detidos Desaparecidos, Executados Politicamente e Vítimas de Prisão Política e Tortura (Valech II).

Para acessar: <https://www.indh.cl/destacados/comision-valech/>

Memoria chilena

Memória Chilena oferece documentos e conteúdos originais relacionados com temas-chave da identidade cultural que fazem parte das coleções da Biblioteca Nacional do Chile e de outras instituições do Serviço do Patrimônio Cultural Nacional. Nesse site há uma farta documentação acerca da ditadura de Pinochet, entre outros temas, como as violações aos direitos humanos durante o regime de Pinochet

Link de acesso: <https://www.memoriachilena.gob.cl/602/w3-channel.html>



O uso da imprensa nas aulas de história sobre a Ditadura Chilena

A produção do conhecimento histórico baseia-se na utilização de documentos que denominamos de fontes históricas. Com as constantes pesquisas ao longo das décadas, houve a ampliação do reconhecimento de uma variedade mais ampla de fontes disponíveis para o estudo e a produção de trabalhos na área da História, dentre as quais destacamos os jornais impressos.

Acima observamos que as Ditaduras atuam com medidas de censura, essa censura se dá de forma bastante presente nos veículos de informação, porém, não podemos deixar de ressaltar que há veículos de informação que atuam como instrumentos de divulgação desses regimes, ou seja, são aliados a esses regimes. Objetivo desta parte é apresentar como dois jornais de grande circulação regional (MA) e nacional podem ser utilizados em uma aula de História sobre o tema das ditaduras latino-americanas, particularmente sobre a ditadura chilena.

É importante observar para qual grupo social o impresso utilizado está voltado, ou seja, quem são os leitores e qual a intenção de veicular certas notícias e deixar de lado outras. Outra característica importante a ser mencionada no uso do impresso como fonte histórica diz respeito ao local do jornal em que determinadas notícias são veiculadas, seus autores ou autoras, se são reproduções de agências estrangeiras, entre outras.

Utilizamos como fonte histórica materiais do jornal maranhense, *O Estado do Maranhão*, e do jornal paulista *O Estado de São Paulo*. Ambos apresentaram amplamente em suas páginas notícias sobre a Ditadura Pinochet e as violações dos direitos humanos desencadeadas sistematicamente neste governo e utilizaram agências de notícias internacionais como fonte de informações sobre o tema. Outra característica



peculiar e comum aos jornais é que boa parte das denúncias publicadas eram provenientes de organizações internacionais de defesa aos direitos humanos, principalmente posicionamentos críticos da ONU acerca dos atos cometidos pelos agentes da Ditadura de Pinochet.

Abaixo iremos apresentar algumas notícias, e sugerir possibilidades do uso dos jornais analisados como fonte para uma aula de História.

Título	ONU CONDENA REGIME CHILENO
Seção	Manchete
Autor	Correspondente internacional: AFP
Página	Primeira página
Ano	1974

Como dissemos, o regime de Pinochet foi denunciado por cometer repressão contra opositores ao regime, muitas dessas denúncias foram realizadas pela ONU e o teor das declarações da organização foram reproduzidas nos jornais pesquisados.

A matéria apresentada nas fotografias ao lado, são referentes uma manchete reproduzida pelo jornal *O Estado do Maranhão* e como podemos observar pelo título “ONU condena regime chileno”, refere-se a uma crítica à violação dos direitos humanos pelo governo do Gal. Pinochet. O texto enfatiza



O Estado do Maranhão, 15.10.1974, p.1.



os significados de liberdade e direitos civis presentes na Declaração dos Direitos Humanos da ONU. Esta matéria pode ser apresentada ao aluno para que seja lida, contextualizada à luz de uma apresentação anterior sobre o tema e cotejada com a Declaração dos Direitos Humanos. É possível elaborar coletivamente uma comparação entre o conteúdo presente no documento e as práticas do governo ditatorial chileno. Entendida a abordagem, cabe conduzir a reflexão em torno das razões do jornal chileno para veicular esta crítica.

A matéria que ocupou a capa do jornal O Estado do Maranhão em 02.08.1978 evidencia as relações estremecidas entre a ditadura e o governo estadunidense. Nesse caso, pode-se explorar os interesses dos Estados Unidos ao apoiar o golpe de Estado a ditadura no Chile. Ao mesmo tempo, cabe explorar como a experiência ditatorial extrapolou as expectativas de controle estadunidense, expressas pela Operação Condor e o

atentado articulada por ela e executada por agentes da DINAM, dentro do território estadunidense.

Esse episódio marca um momento de questionamento por parte do governo americano à



Título	EUA exigem general do Chile na cadeia
Seção	Manchete
Autor	O Estado do Maranhão
Página	Primeira página
Ano	1978

O Estado do Maranhão, 02.08.1978, p.1.

ditadura de Pinochet.

Através de uma historiografia especializada, presente em sala de aula como os EUA atuaram para patrocinar a quebra da institucionalidade com o golpe de 11 de setembro de 1973 e após isso, como essa relação de ambos os países se fragilizou após o atentado em solo estadunidense, em seguida, apresente a matéria e peça ao aluno para analisa-la e apontar suas conclusões.

As próximas duas matérias, foram retiradas do jornal *O Estado de São Paulo*. As notícias analisadas no periódico *O Estado de São Paulo*, em sua maioria não encontravam-se em primeira capa. Neste jornal, as reportagens, notícias, artigos aparecem em seções específicas. Para as notícias internacionais os editores criaram uma seção denominada “geral” e essa seção ficava na página 9 do impresso. A notícia “Governo chileno diz estar surpreso com medida dos EUA” tem o mesmo

conteúdo da matéria reproduzida no jornal *O Estado do Maranhão*, ou seja, as relações entre os EUA e Chile após o atentado contra o ex-chanceler do governo da Unidade Popular, Orlando Letelier. A partir da leitura da notícia reproduzida no

Título	Governo chileno diz que está surpreso com medida dos EUA
Seção	Geral
Autor	Correspondente internacional
Página	Página 9
Ano	1978



O Estado de São Paulo, 25.06.1978, p.9.

Governo chileno diz que está surpreso com medida dos EUA

SANTIAGO — Um porta-voz do governo chileno manifestou ontem sua surpresa diante da afirmação do Departamento de Estado norte-americano de que “não foram respondidas as solicitações feitas pelos Estados Unidos ao Chile sobre o caso Letelier”. Na sexta-feira, o governo norte-americano chamou de volta a Washington o embaixador George Walter Landau, para fazer consultas sobre o caso Letelier e a situação dos direitos humanos no Chile. A Justiça dos Estados Unidos está investigando o assassinio do ex-chanceler socialista, Orlando Letelier, morto em setembro de 1976, em Washington, num atentado a bomba.

O embaixador norte-americano no Chile partiu on-

tem com destino a Washington, aparentemente antecipando sua viagem, que parecia prevista para segunda-feira. Não há data fixada para o retorno de George Landau ao Chile.

O chanceler chileno, Hernan Cubillos, que falou ontem na terceira sessão da VIII Assembleia Geral da OEA, não mencionou, em nenhum momento, a medida adotada pelo Departamento de Estado. Nem se referiu, tampouco, às várias críticas e denúncias de violações dos direitos humanos no Chile, apresentadas durante as duas primeiras sessões da Assembleia da OEA. Cubillos disse que a América Latina “está profundamente inferiorizada no mundo de hoje”. A imprensa de quase todos os países latino-

americanos destacou a notícia do chamado de volta a Washington do embaixador dos Estados Unidos no Chile.

O governo do general Augusto Pinochet libertou ontem quatro dirigentes de associações de trabalhadores rurais e três integrantes da Pastoral da Solidariedade (por meio da qual a Igreja Católica do Chile apóia os familiares de presos políticos e desaparecidos), que estavam detidos desde quarta-feira.

A Associação de Jornalistas do Chile criticou ontem o que qualificou de “erro do regime” ao suspender, por duas edições, a circulação do jornal *La Segunda*. Hoje, o jornal já deverá circular normalmente. Segundo os militares, o jornal tem publicado “artigos ofensivos”.

O Estado de São Paulo, observamos que o impresso, não aborda necessariamente o atentado contra Letelier, apesar do título da matéria fazer referência ao caso, o que podemos observar é que o impresso de forma geral, noticia as relações do governo dos EUA e do governo – importante frisar que o impresso, pouco utiliza o termo ditadura ao contexto chileno – após o atentado e as acusações de violações aos direitos humanos que o regime sofria perante organizações internacionais (ONU, OEA, entre outras).

Apresente ao aluno a matéria e peça ao mesmo para analisar, pois a partir da leitura poderá observar que a questão do autoritarismo do regime pinochetista é latente. Após a leitura da matéria, contextualize o título da matéria, peça para o aluno refletir porque o título coloca como

governo e não como uma ditadura, em seguida analise com a turma matérias desse jornal sobre assuntos políticos no Brasil nesse mesmo contexto.

Na matéria de 1985, publicada no contexto do fim da ditadura militar brasileira e intitulada “Um apelo ao Chile”, observamos que a questão das violações dos Direitos Humanos no Chile continua latente, o texto disserta sobre uma resolução da ONU acerca dos sistemáticos casos de violações aos direitos humanos no regime de Pinochet, de acordo com o texto, o regime de Pinochet a partir das suas forças de segurança utilizavam de ações arbitrárias

Um apelo ao Chile

O projeto de resolução sobre a situação dos direitos humanos no Chile, aprovado por 82 votos contra nove e 38 abstenções, manifesta “consternação pela supressão da ordem jurídica tradicional e suas instituições e sua substituição por uma Constituição que não reflete a vontade popular livremente expressa”.

O documento também acentua “a indignação diante da persistência de violações graves e sistemáticas dos direitos humanos no Chile, em especial na repressão dos atos de protesto social”. O texto refere-se ainda às “ações arbitrárias ou abusivas” da polícia chilena, observando que os órgãos de segurança “geralmente gozam de impunidade”. Faz-se referência igualmente a “frequentes denúncias de tortura e maus-tratos e a crimes pífidos em que estão judicialmente implicadas as forças policiais”.

O projeto pede às autoridades chilenas que:

- Ponham fim ao estado de sítio e ao regime de exceção.
- Investiguem e esclareçam sem demora a sorte das pessoas detidas por motivos políticos que estão desaparecidas.
- Cessem a aplicação de torturas e maus-tratos cruéis, desumanos ou degradantes;
- Restabeleçam os direitos sindicais, incluindo os direitos de organizar sindicatos e de greve.

CASA CENTRO, O MENOR PREÇO DO NATAL.



ONU condena 5 países por violarem direitos

NOVA YORK - A Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas condenou nesta quarta-feira cinco países por violarem os direitos humanos. O texto da resolução, aprovada por 82 votos contra nove e 38 abstenções, menciona o Chile, Cuba, Camboja, Etiópia e Síria. A Assembleia também decidiu criar um grupo de trabalho para investigar as violações.

Na hora de escolher uma concessionária GM seja tão exigente quanto a GM internacional.

Agora você tem quatro prêmios de ser o melhor concessionário GM do Brasil. São eles: o Prêmio de Qualidade, o Prêmio de Atendimento ao Cliente, o Prêmio de Segurança e o Prêmio de Satisfação do Cliente. Para saber mais sobre os prêmios e como concorrer, visite o site www.gm.com.br.

O Estado de São Paulo, 08.12.1985, p.12.

Título	ONU condena 5 países por violarem direitos
Seção	Geral
Autor	Correspondente internacional
Página	Página 12
Ano	1985

para conter as manifestações da oposição, segundo a matéria, a polícia chilena gozava de impunidade, mesmo após reiteradas denúncias de maus-tratos por parte das forças policiais chilenas, outro ponto apresentado pela resolução, por fim ao “Estado de sítio”; a investigação e esclarecimentos acerca das detenções de pessoas por motivos políticos que naquele momento estavam desaparecidas; o fim das torturas e quaisquer medidas degradantes aos presos políticos e por fim a questão do direito à greve e organização de sindicatos.

Nas aulas de história, esta matéria pode ser utilizada como um interessante recurso para compreender mais sobre a ditadura Pinochet, mas também, sobre a forma como um jornal de grande circulação como OESP portou-se em relação ao tema nas diferentes fases da censura vivida pela imprensa brasileira.

Considerações finais

Com este breve texto procuramos introduzir algumas possibilidades de pensar temas da História da América Latina e, particularmente, sobre as ditaduras militares, nas aulas de história do Ensino Fundamental. Nele exploramos um processo que marcou a disseminação do autoritarismo no continente na segunda metade do século passado fazendo retroceder a institucionalização estável da democracia em diferentes países da região.

Ao mesmo tempo, tentamos dimensionar como os jornais de grande circulação local ou nacional, mesmo sob a ameaça da censura, divulgaram notícias e reflexões sobre a Ditadura Militar chilena e, assim, contribuíram para consolidar certos imaginários sociais sobre o tema. Com nossas sugestões de abordagens das matérias, esperamos ter contribuído ainda para uma reflexão sobre o duplo uso que os professores e professoras podem fazer da imprensa em sala de aula: como fonte histórica e recurso didático.

Nosso intuito maior é colaborar para formar cidadãos que entendam a relevância de pensar a vida em sociedade historicamente.

APÊNDICE

As matérias do jornal *O Estado de São Paulo* foram analisadas a partir do acervo online do mesmo, todas as edições do impresso encontram-se digitalizadas, para acessá-las: <https://www.estadao.com.br/acervo/>

As produções cinematográficas acerca desse período da História Chilena são bastantes vastas, a seguir algumas sugestões de filmes e documentários sobre a Ditadura de Pinochet:

Estádio Nacional

2002 I Carmen Luz Parot – Chile

De 11 de setembro a 9 de novembro de 1973, o Estádio Nacional do Chile foi usado como campo de concentração, tortura e morte. Mais de doze mil presos políticos foram presos lá sem acusações ou ações judiciais após o violento golpe militar contra o governo socialista de Salvador Allende. Pelo menos sete mil pessoas foram torturadas impunemente. Este documentário, realizado 30 anos depois, é a primeira investigação jornalística que fornece uma cronologia desses fatos.

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=E7sFMjB1Sy8&list=PLBB1F1D508C33AAB8>

No

2012 - Pablo Larraín - Chile

Em 1988, o ditador militar chileno Augusto Pinochet, devido à pressão internacional, é forçado a convocar um plebiscito em sua presidência. O país votará SIM ou NÃO em Pinochet, o que estenderia seu governo por mais oito anos. Os líderes da oposição ao NO convencem um jovem e impetuoso executivo de publicidade a liderar sua campanha. Contra todas as probabilidades, com escassos recursos e sob escrutínio dos servos do déspota, Saavedra e sua equipe planejam um plano audacioso para vencer a eleição e libertar o Chile.

Disponível na plataforma de *streaming* “Telecine”

Salvador Allende

2004 - Patricio Guzmán - França

Desde a infância passada em Valparaíso à morte durante o golpe militar do General Pinochet em 11 de setembro de 1973, um panorama da vida e das realizações do presidente chileno Salvador Allende, incluindo entrevistas e imagens de arquivo.

Disponível em *Youtube*: https://www.youtube.com/watch?v=WxadtIII_w4

ReMastered: Massacre no Estádio

2019 - Bent-Jorgen Perlmutt - EUA

Nos leva ao Chile, em um dos períodos mais cruéis da história da América Latina. Depois de assassinado, em 1973, o cantor Víctor Jara virou símbolo da luta contra a ditadura no país. Décadas depois, tem início uma inesperada busca por justiça.

Disponível na plataforma de *streaming* “*Netflix*”.

Fonte: <https://mst.org.br/2019/09/11/8-filmes-para-entender-a-ditadura-militar-no-chile/>

Naomi Klein “doutrina do choque”

2009 – Michael Moore

É um documentário de 2009, baseado no livro homônimo da autora e ativista canadense Naomi Klein, publicado em 2007. A tese principal da autora é que a imposição de regimes econômicos neoliberais são precedidas de um estado de choque coletivo, como se o desastre fosse um grande véu.

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Y4p6MvwpUeo>

Referências

CAPELATO, Maria Helena. A imprensa como fonte e objeto de estudo para o historiador.

CAPELATO, Maria Helena. **Imprensa e História do Brasil, imprensa oficial e imprensa contestadora o jornal como documento, o papel do jornal na história**. São Paulo: Editora Contexto, 1988.

CAPELATO, Maria Helena. O “gigante brasileiro” na América Latina: ser ou não ser latino-americano. In: MOTA, Carlos Guilherme. (org). **Viagem Incompleta. A experiência brasileira**. 3ed. São Paulo: Editora Senac, 2013. p.285-316.

GROPPO, B. Os arquivos das associações de defesa dos direitos humanos no Chile e na Argentina. **Acervo**, [S. l.], v. 27, n. 1, p. 17–32, 2014. Disponível em: <https://revista.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/458>. Acesso em: 05.01.2023 às 10h:30min.

HUNEEUS, Carlos. El régimen de Pinochet. Santiago: Taurus, 2016.

HUNT, Linn. A invenção dos direitos humanos uma história. Tradução: Rosaura Eichenber, São Paulo: SCHWARCZ, 2009.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. Fontes históricas – 2.ed. São Paulo: Contexto, 2008.

MENDES, Clécio Ferreira. IDEOLOGIA E PODER NO CHILE: A DINA e a repressão na ditadura do general Augusto Pinochet. In: **Anais Eletrônicos do XXVII Simpósio Nacional de História Conhecimento histórico e dialogo social ANPUH**. 2013, Natal. Disponível em: http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1371325378_ARQUIVO_IDEOLOGIAEPODERNADITADURACHILENAANPUH.pdf. Acesso em 10.01.2017 as 20h00min.

QUADRAT,Samantha Viz. Ditadura,violência política e direitos humanos na Argentina, no Brasil e no Chile. In: AZEVEDO, Cecília; RAMINELLI, Ronaldo. (org) **História das Américas: novas perspectivas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011. p. 241-273.

RINKE, Stefan. **História da América Latina. Das culturas pré-colombianas até o presente**. Tradução: Francisco Matias da Rocha. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2012.

- ROLLEMBERG, Denise. & QUADRAT, Samantha Viz. (orgs) **A construção social dos regimes autoritários. Legitimidade, consenso e consentimento no século XX. Brasil e América Latina.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p.11-32 (Apresentação).
- SIMON, Roberto. **O Brasil contra a Democracia a ditadura, o golpe no Chile e a Guerra Fria na América do Sul.** São Paulo: Companhia das letras, 2021.
- SILVA, Jussaramar da. Trocas de informações e transferências extrajudiciárias entre as ditaduras militares na América do Sul (1960-1970). In: REIS FILHO, Daniel Aarão [et al.] *À sombra das ditaduras: Brasil e América Latina.* 1º Ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2014.p.213-228.
- VALDIVIA, Verónica Ortiz de Zárate. “Estamos en guerra, señores!”. El régimen militar de Pinochet y el “Pueblo”. 1973-1980. **História , Santiago de Chile**, n.43, v.1, enero-junio, 2010: 163-201.
- ZARATE, Verónica Valdivia Ortiz. Pinochetismo e guerra social no Chile (1973-1989). In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org). **Ditaduras militares: Brasil, Argentina, Chile e o Uruguai.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2015. p.121-141.
- ZARATE, Verónica Valdivia Ortiz. Lecciones de una Revolución: Jaime Guzmán y Los Gremialistas, 1973-1980. In: ZARATE, Verónica Valdivia Ortiz; VALLEJOS, Rolando Alvarez; VALLEJOS, Julio Pinto (org). **Su revolución contra nuestra revolución: Izquierdas y derecha en el Chile de Pinochet.** 1º Ed. Santiago: LOM EDICIONES, 2006. p. 49-100.